

Maria Sylvia Zanella

Di Pietro

DIREITO ADMINISTRATIVO

33^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



Sumário

Capítulo 1	O Direito Administrativo	1
1.1	Formação do Direito Administrativo	1
1.2	Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo	4
1.3	Contribuição do direito francês	8
1.4	Direito administrativo alemão	12
1.5	Direito administrativo italiano	14
1.6	Direito administrativo anglo-americano	15
1.7	Direito administrativo brasileiro	23
1.8	O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu	26
1.9	Transformações do Direito Administrativo brasileiro	30
1.10	Objeto do Direito Administrativo	44
1.11	Métodos de estudo	47
1.11.1	Escola legalista, exegética, empírica ou caótica	47
1.11.2	O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial	48
1.11.3	Direito Administrativo e Ciência da Administração	49
1.11.4	CrITÉrio técnico-científico de estudo do Direito Administrativo	50
1.12	Fontes do Direito Administrativo	50
1.13	Conceito de Direito Administrativo	64
1.13.1	Escola da <i>puissance publique</i>	64
1.13.2	Escola do serviço público	65
1.13.3	CrITÉrio do Poder Executivo	66
1.13.4	CrITÉrio das relações jurídicas	66
1.13.5	CrITÉrio teleológico	67
1.13.6	CrITÉrio negativo ou residual	67
1.13.7	CrITÉrio da distinção entre atividade jurídica e social do Estado	68
1.13.8	CrITÉrio da Administração Pública	68
1.13.9	Nossa definição	69
Capítulo 2	Administração Pública	73
2.1	O vocábulo administração	73
2.2	A expressão Administração Pública	74
2.3	Administração pública e governo	74
2.3.1	Aspecto objetivo	74
2.3.2	Aspecto subjetivo	76
2.4	Administração pública em sentido estrito	78
2.5	Administração pública em sentido objetivo	78
2.6	Administração pública em sentido subjetivo	81

Capítulo 3	Regime Jurídico Administrativo	85
3.1	Regimes público e privado na administração pública	85
3.2	Regime jurídico administrativo	86
3.3	Reflexos da LINDB sobre o Direito Administrativo	88
3.4	Princípios da administração pública	92
3.4.1	Legalidade	93
3.4.2	Supremacia do interesse público	94
3.4.3	Impessoalidade	97
3.4.4	Presunção de legitimidade ou de veracidade	97
3.4.5	Especialidade	98
3.4.6	Controle ou tutela	98
3.4.7	Autotutela	99
3.4.8	Hierarquia	99
3.4.9	Continuidade do serviço público	100
3.4.10	Publicidade	100
3.4.11	Moralidade administrativa	105
3.4.12	Razoabilidade e proporcionalidade	108
3.4.13	Motivação	110
3.4.14	Eficiência	112
3.4.15	Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé	113
	3.4.15.1 Segurança jurídica	113
	3.4.15.2 Proteção à confiança	115
	3.4.15.3 Boa-fé	116
	3.4.15.4 Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança	117
3.5	Poderes da Administração	118
3.5.1	Normativo	119
3.5.2	Disciplinar	123
3.5.3	Decorrentes da hierarquia	124
Capítulo 4	Serviços Públicos	131
4.1	Conceito	131
4.1.1	Serviço público em sentido amplo	131
4.1.2	Serviço público em sentido restrito	134
4.1.3	Evolução	135
4.1.4	Conclusões quanto ao conceito	137
4.2	Elementos da definição	138
4.2.1	Elemento subjetivo	138
4.2.2	Elemento formal	139
4.2.3	Elemento material	139
4.3	Crise na noção de serviço público	140
4.4	Princípios	142
4.5	Classificação	144
4.6	Formas de gestão	148
Capítulo 5	Poder de Polícia	153
5.1	Introdução	153
5.2	Evolução	153

5.3	Conceito	155
5.4	Polícia administrativa e judiciária	156
5.5	Meios de atuação	157
5.6	Características	157
5.7	Limites	160
Capítulo 6	Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada	165
6.1	Evolução	165
6.2	Modalidades	165
6.3	Fundamento	166
6.4	Função social da propriedade	168
6.5	Limitações administrativas	171
6.6	Ocupação temporária	173
6.7	Requisição administrativa	176
6.8	Tombamento	177
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	177
6.8.2	Conceito e características	178
6.8.3	Objeto	179
6.8.4	Modalidades	180
6.8.5	Procedimento	180
6.8.6	Efeitos	183
6.8.7	Natureza jurídica	186
6.9	Servidão administrativa	187
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito	187
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público	187
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa	188
6.9.4	Conceito	189
6.9.5	Forma de constituição	189
6.9.6	Extinção	190
6.9.7	Direito à indenização	191
6.9.8	Modalidades	192
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais	192
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos	192
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional	193
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e aeroportos	193
6.9.8.5	Servidão militar	193
6.9.8.6	Servidão de aqueduto	194
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica	194
6.10	Desapropriação	195
6.10.1	Evolução no direito brasileiro	195
6.10.2	Conceito	196
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória	197
6.10.4	Procedimento	200
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo	205
6.10.6	Pressupostos	206
6.10.7	Objeto	207

6.10.8	Indenização	209
6.10.9	Natureza jurídica	214
6.10.10	Imissão provisória na posse	215
6.10.11	Destino dos bens desapropriados	218
6.10.12	Desapropriação indireta	221
6.10.13	Retrocesso	223
Capítulo 7	Atos Administrativos	233
7.1	Fatos da administração	233
7.2	Atos da administração	233
7.3	Origem da expressão	234
7.4	Conceito	235
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos	238
7.6	Atributos	239
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade	239
7.6.2	Imperatividade	241
7.6.3	Autoexecutoriedade	242
7.6.4	Tipicidade	243
7.7	Elementos	243
7.7.1	Sujeito	244
7.7.2	Objeto	247
7.7.3	Forma	248
7.7.4	Finalidade	250
7.7.5	Motivo	251
7.8	Discricionariedade e vinculação	252
7.8.1	Conceito	252
7.8.2	Justificação	253
7.8.3	Âmbito de aplicação da discricionariedade	254
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo	257
7.8.5	Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário	260
7.9	Classificação	262
7.10	Atos administrativos em espécie	266
7.10.1	Quanto ao conteúdo	267
7.10.1.1	Autorização	267
7.10.1.2	Licença	269
7.10.1.3	Admissão	269
7.10.1.4	Permissão	269
7.10.1.5	Aprovação	270
7.10.1.6	Homologação	270
7.10.1.7	Parecer	271
7.10.1.8	Visto	273
7.10.2	Quanto à forma	273
7.10.2.1	Decreto	273
7.10.2.2	Resolução e portaria	274
7.10.2.3	Circular	275
7.10.2.4	Despacho	275
7.10.2.5	Alvará	275
7.11	Extinção	275

7.11.1	Modalidades	275
7.11.2	Anulação ou invalidação	276
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza	276
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no Direito Administrativo	278
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito	279
7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto	282
7.11.2.5	Vícios relativos à forma	282
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo	282
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade	282
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios	283
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis	285
7.11.2.10	Convalidação	285
7.11.2.11	Confirmação	288
7.11.3	Resgate	288
Capítulo 8 Contrato Administrativo		297
8.1	Contratos da administração	297
8.2	Divergências doutrinárias	297
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato	299
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado	301
8.5	Direito positivo	304
8.5.1	Normas constitucionais	304
8.5.2	Legislação ordinária	304
8.6	Características dos contratos administrativos	306
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público	306
8.6.2	Finalidade pública	306
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei	307
8.6.4	Procedimento legal	310
8.6.5	Contrato de adesão	311
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	312
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes	312
8.6.7.1	Exigência de garantia	312
8.6.7.2	Alteração unilateral	313
8.6.7.3	Rescisão unilateral	315
8.6.7.4	Fiscalização	316
8.6.7.5	Aplicação de penalidades	316
8.6.7.6	Anulação	318
8.6.7.7	Retomada do objeto	320
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	320
8.6.8	Mutabilidade	321
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato	323
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe	324
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração	324
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão	327
8.7	Rescisão do contrato administrativo	329
8.8	Modalidades de contratos administrativos	330
8.8.1	Concessão	331
8.8.1.1	Conceito e modalidades	331

8.8.1.2	Natureza jurídica.....	333
8.8.1.3	Concessão de serviço público.....	334
8.8.1.3.1	Evolução.....	334
8.8.1.3.2	Conceito e características.....	337
8.8.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público.....	344
8.8.1.4	Parcerias público-privadas.....	347
8.8.1.4.1	Direito positivo.....	347
8.8.1.4.2	Conceito e modalidades.....	349
8.8.1.4.3	Concessão patrocinada.....	350
8.8.1.4.4	Concessão administrativa.....	353
8.8.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa.....	356
8.8.1.4.6	Da licitação.....	359
8.8.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	364
8.8.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	367
8.8.1.5	Concessão de obra pública.....	372
8.8.1.6	Concessão de uso.....	373
8.8.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços.....	373
8.8.2.1	Empreitada.....	375
8.8.2.2	Administração contratada.....	377
8.8.2.3	Tarefa.....	378
8.8.2.4	Serviços de publicidade.....	378
8.8.3	Contrato de fornecimento.....	379
8.9	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	380
8.10	Contrato de Desempenho e Contrato de gestão.....	381
8.11	Convênio.....	384
8.12	Consórcio administrativo.....	391
8.13	Terceirização.....	393
8.14	Contratos em regime diferenciado de contratação (RDC).....	401
8.14.1	Regime jurídico.....	401
8.14.2	Regime de contratação integrada.....	402
8.14.3	Convocação para assinatura do contrato.....	403
8.14.4	Remuneração variável.....	404
8.14.5	Contratações simultâneas.....	404
Capítulo 9	Licitação	415
9.1	Conceito.....	415
9.2	Direito positivo.....	416
9.3	Princípios.....	418
9.3.1	Princípio da igualdade.....	419
9.3.2	Princípio da legalidade.....	425
9.3.3	Princípio da impessoalidade.....	426
9.3.4	Princípio da moralidade e da probidade.....	426
9.3.5	Princípio da publicidade.....	426
9.3.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	428
9.3.7	Princípio do julgamento objetivo.....	428
9.3.8	Princípio da adjudicação compulsória.....	429

9.3.9	Princípio da ampla defesa	429
9.3.10	Princípio da licitação sustentável	429
9.4	Obrigatoriedade de licitação	433
9.5	Dispensa e inexigibilidade	434
9.6	Modalidades	450
9.6.1	Concorrência	454
9.6.2	Tomada de preços	455
9.6.3	Convite	456
9.6.4	Concurso	458
9.6.5	Leilão	458
9.6.6	Pregão	459
9.6.7	Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	459
9.7	Procedimento	461
9.7.1	Procedimento da concorrência	462
9.7.1.1	Edital	462
9.7.1.2	Habilitação	464
9.7.1.3	Classificação	468
9.7.1.4	Homologação	472
9.7.1.5	Adjudicação	472
9.7.2	Procedimento da tomada de preços	473
9.7.3	Procedimento do convite	473
9.7.4	Procedimento do concurso	474
9.7.5	Procedimento do leilão	474
9.7.6	Procedimento do pregão	474
9.7.7	Procedimento para contratação de serviços de publicidade	478
9.8	Sistema de registro de preços	481
9.9	Anulação e revogação	487
9.10	Recursos administrativos	488
9.11	Licitação no Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	490
9.11.1	Direito positivo	490
9.11.2	Principais inovações	492
9.11.3	Objetivos da licitação	492
9.11.4	Princípios da licitação	493
9.11.5	Restrições à publicidade do orçamento estimado	493
9.11.6	Comissão de licitação	494
9.11.7	Procedimento da licitação	495
9.11.8	Procedimentos auxiliares das licitações	505
9.11.9	Pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos	513
9.11.10	Sanções	514
Capítulo 10	Administração Indireta	523
10.1	Descentralização	523
10.1.1	Descentralização e desconcentração	523
10.1.2	Descentralização política e administrativa	523
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa	524
10.1.3.1	Descentralização territorial	524
10.1.3.2	Descentralização por serviços	525
10.1.3.3	Descentralização por colaboração	526

10.1.4	Evolução.....	527
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro.....	529
10.1.5.1	A confusão do legislador.....	529
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição.....	532
10.2	Entidades da Administração Indireta.....	533
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica.....	533
10.2.2	Regime jurídico.....	533
10.3	Autarquias.....	538
10.3.1	O vocábulo autarquia	538
10.3.2	Evolução no direito brasileiro.....	538
10.3.3	Conceito e características.....	539
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terrestros	540
10.3.5	Classificação	541
10.4	Fundação.....	544
10.4.1	Natureza jurídica e conceito	544
10.4.2	Fundação de direito privado.....	546
10.4.3	Direito positivo brasileiro.....	548
10.4.4	Fundação de direito público.....	551
10.5	Empresas estatais	553
10.5.1	Alcance da expressão.....	553
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade	554
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias	556
10.5.3.1	Estatuto jurídico.....	556
10.5.3.2	Conceito legal.....	560
10.5.3.3	Traços comuns	563
10.5.3.4	Traços distintivos.....	567
10.5.3.5	Regime jurídico.....	570
10.5.3.6	Órgãos de Administração.....	572
10.5.3.7	Função social.....	574
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno.....	576
10.5.3.9	Licitação.....	578
10.5.3.10	Contratos	583
10.5.3.11	Fiscalização.....	584
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta	585
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas	592
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta	592
10.9	Agências.....	595
10.9.1	Considerações gerais.....	595
10.9.2	Agência executiva	597
10.9.3	Agência reguladora.....	599
10.10	Consórcio público	608
10.10.1	Considerações gerais	608
10.10.2	Conceito e natureza jurídica.....	610
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio.....	613
10.10.4	Contratos de rateio	616
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	616
10.11	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta	619

Capítulo 11	Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	633
11.1	A expressão entidade paraestatal	633
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor	636
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo	640
11.4	Serviços sociais autônomos	643
11.5	Entidades de apoio	645
11.6	Organizações sociais	651
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	659
11.8	Organizações da sociedade civil	664
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14	664
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	666
11.8.3	Do chamamento público	667
11.8.3.1	Providências preliminares	667
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público	668
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público	670
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento	671
11.8.5	Das vedações	673
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	673
11.8.7	Medidas moralizadoras	674
Capítulo 12	Órgãos Públicos	683
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos	683
12.2	Conceito	684
12.3	Natureza	685
12.4	Classificação	686
Capítulo 13	Servidores Públicos	689
13.1	Terminologia	689
13.2	Agentes públicos	690
13.2.1	Agentes políticos	691
13.2.2	Servidores públicos	693
13.2.3	Militares	696
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público	699
13.3	Cargo, emprego e função	700
13.4	Normas constitucionais	702
13.4.1	Regime jurídico do servidor	702
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas	704
13.4.3	Condições de ingresso	704
13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos	712
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento....	713
13.4.4.2	Regime de subsídios	716
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio	718
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios.....	719
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira...	720
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	721
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	721

	13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios.....	722
	13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio.....	727
13.4.5		Direito de greve e de livre associação sindical.....	729
13.4.6		Proibição de acumulação de cargos.....	732
13.4.7		Aposentadoria e pensão.....	736
	13.4.7.1	Regime previdenciário.....	736
	13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	738
	13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados.....	743
	13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria.....	749
	13.4.7.5	Cálculo dos proventos dos servidores federais.....	756
	13.4.7.6	Regime previdenciário dos servidores estaduais, distritais e municipais.....	760
	13.4.7.7	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária dos servidores estaduais, distritais e municipais.....	763
	13.4.7.8	Pensão por morte do servidor.....	766
	13.4.7.9	Previdência complementar.....	768
	13.4.7.10	Contagem de tempo para aposentadoria.....	771
13.4.8		Estabilidade.....	772
13.4.9		Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	777
13.4.10		Direitos sociais.....	777
13.4.11		Limites de despesa com pessoal.....	778
13.4.12		Limites decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/16.....	782
13.5		Provento e Investidura.....	783
13.6		Vacância.....	788
13.7		Direitos e deveres.....	788
13.8		Responsabilidade.....	791
	13.8.1	Responsabilidade civil.....	793
	13.8.2	Responsabilidade administrativa.....	795
	13.8.3	Responsabilidade penal.....	797
	13.8.4	Comunicabilidade de instâncias.....	799
Capítulo 14		Processo Administrativo.....	815
14.1		Processos estatais.....	815
14.2		Processo administrativo.....	816
14.3		Processo e procedimento.....	817
14.4		Modalidades.....	818
14.5		Processo Administrativo Eletrônico.....	820
14.6		Princípios.....	822
	14.6.1	Princípio da publicidade.....	823
	14.6.2	Princípio da oficialidade.....	824
	14.6.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	825
	14.6.4	Princípio da gratuidade.....	825
	14.6.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	826
	14.6.6	Princípio da atipicidade.....	828
	14.6.7	Princípio da pluralidade de instâncias.....	829
	14.6.8	Princípio da economia processual.....	830
	14.6.9	Princípio da participação popular.....	831
14.7		Processo administrativo disciplinar.....	833

14.8	Processo sumário	835
14.8.1	Sindicância	835
14.8.2	Verdade sabida	836
Capítulo 15	Responsabilidade Extracontratual do Estado	841
15.1	Delimitação do tema	841
15.2	Evolução	842
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade	842
15.2.2	Teorias civilistas	843
15.2.3	Teorias publicistas	844
15.3	Direito positivo brasileiro	846
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	849
15.5	Responsabilidade do estado por omissão	851
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	854
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	859
15.8	Reparação do dano	861
Capítulo 16	Bens Públicos	869
16.1	Evolução	869
16.2	Classificação	870
16.3	Bens do domínio público do Estado	872
16.3.1	Conceito	872
16.3.2	Natureza jurídica	873
16.3.3	Modalidades	874
16.3.4	Regime jurídico	875
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais	876
16.4.1	Conceito	876
16.4.2	Características	877
16.4.3	Regime jurídico	878
16.5	Alienação	882
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial	882
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	883
16.6	Uso de bem público por particular	888
16.6.1	Uso normal e uso anormal	888
16.6.2	Uso comum	889
16.6.3	Uso privativo	891
16.6.3.1	Conceito e características	891
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	893
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão	893
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União	899
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	906
16.7	Formação do patrimônio público	908
16.8	Bens públicos em espécie	912
16.8.1	Direito positivo	912
16.8.2	Terrenos reservados	912
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos	916
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	917
16.8.5	Terras devolutas	918

16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil	918
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica	920
16.8.5.3	Tinderidade	922
16.8.5.4	Processo de discriminação	923
16.8.6	Faixa de fronteira	924
16.8.7	Ilhas	925
16.8.8	Águas públicas	925
16.8.9	Minas e jazidas	928
16.8.9.1	Conceito	928
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas	929
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro	929
16.8.9.4	Sistema atual	930
Capítulo 17	Controle da Administração Pública	941
17.1	Conceito e abrangência	941
17.2	Espécies	942
17.3	Controle administrativo	944
17.3.1	Conceito e alcance	944
17.3.2	Recursos administrativos	944
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento	944
17.3.2.2	Modalidades	946
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa	951
17.3.2.4	Prescrição administrativa	952
17.4	Controle legislativo	954
17.4.1	Alcance	954
17.4.2	Controle político	954
17.4.3	Controle financeiro	956
17.5	Controle judicial	958
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição	958
17.5.2	Limites	959
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas	960
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução	960
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário	962
17.5.4	A Administração Pública em juízo	967
17.5.5	Meios de controle	981
17.5.5.1	Habeas corpus	982
17.5.5.2	Habeas data	983
17.5.5.3	Mandado de injunção	986
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem	986
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção	988
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16	990
17.5.5.3.4	Pressupostos	991
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo	991
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo	993
17.5.5.3.7	Competência para julgamento	994
17.5.5.4	Mandado de segurança individual	995
17.5.5.4.1	Origem	995
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos	996

	17.5.5.4.3	Restrições	1001
	17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo	1004
	17.5.5.4.5	Prazo	1011
17.5.5.5		Mandado de segurança coletivo	1011
17.5.5.6		Ação popular	1015
	17.5.5.6.1	Evolução	1015
	17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos	1016
	17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo	1019
	17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público	1021
	17.5.5.6.5	Objeto	1022
	17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo	1023
17.5.5.7		Ação civil pública	1024
	17.5.5.7.1	Origem e evolução	1024
	17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo	1026
	17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito	1026
	17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo	1027
	17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público	1028
	17.5.5.7.6	Objeto	1029
	17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo	1029
Capítulo 18		Improbidade Administrativa	1041
18.1		Legalidade, moralidade e probidade	1041
18.2		Evolução no direito positivo	1043
18.3		Lei de Improbidade Administrativa	1047
	18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível	1047
	18.3.2	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa	1049
	18.3.3	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa	1050
		18.3.3.1 Sujeito passivo	1050
		18.3.3.2 Sujeito ativo	1051
		18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso	1056
		18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa	1060
	18.3.4	Sanções	1061
	18.3.5	Procedimento administrativo	1063
	18.3.6	Ação judicial de improbidade administrativa	1064
Capítulo 19		Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos Contra a Administração Pública	1073
19.1		Da lei anticorrupção	1073
19.2		Dos requisitos da responsabilização	1075
19.3		Responsabilização administrativa	1078
19.4		Do processo administrativo de responsabilização	1079
19.5		Do acordo de leniência	1080
19.6		Da responsabilização judicial	1083
19.7		Dosimetria das sanções	1085
19.8		Da cumulatividade de sanções	1087
19.9		Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	1088

Capítulo 20	Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública	1091
20.1	Direito positivo	1091
20.2	A arbitragem na Administração Pública	1093
20.2.1	Das controvérsias doutrinárias	1093
20.2.2	Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública	1095
20.2.3	Direitos patrimoniais disponíveis	1096
20.2.4	Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93	1099
20.2.5	Matérias que podem ser submetidas à arbitragem	1099
20.2.6	Competência para autorizar a arbitragem	1100
20.2.7	Arbitragem de direito	1102
20.2.8	Conflito entre sigilo e publicidade	1102
20.3	Mediação	1103
20.4	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	1104
20.4.1	Conceito e alcance	1104
20.4.2	Medidas de autocomposição de conflitos	1105
Bibliografia		1113
Índice Remissivo		1123